

Sarney

Notas e informações

O grande malogro

Há três anos, neste 15 de março, a Nação se via frustrada: acometido por mal que se supunha passageiro, o presidente eleito Tancredo Neves não pôde prestar o compromisso de praxe e dar início ao governo que, assim se esperava, iria redimir a nacionalidade. Timidamente, consciente de que não lhe cabia mais do que preencher a interinidade, o vice-presidente José Sarney passou a responder pelo expediente da República. Na esperança de que a postura de interino lhe permitisse sentir, da parte da classe política e da sociedade civil, aquele bafejo de legitimidade sem o qual governo algum se sustenta, s. exa. timbrou por nada fazer em seu próprio nome. Até mesmo a diretiz transmitida aos ministros para que não se gastasse e para que se fizesse do combate à inflação a mola-mestra daquele período, até mesmo essa decisão foi comunicada em nome de Tancredo Neves. A morte do presidente eleito não alterou os dados do problema: a busca da legitimidade — a qual José Sarney se empenhou como Lancelot na procura do Santo Graal — marcou todo o governo Sarney até o instante em que, possuído pelos demônios da solidão e já trabalhado pelos da ambição, lançou-se empós um mandato que lhe permitisse aparecer aos pósteros como um presidente igual aos outros, não diminuído pela pequena duração do governo. A partir do 18 de maio de 1986, quando disse aos brasileiros que ficava com os cinco anos, a questão da legitimidade pesou menos e a do mandato passou a determinar a estratégia do presidente e com ela a política brasileira.

Não se limite, no entanto, esses três anos a isso, não apenas. Eles se caracterizam por isso, sem dúvida alguma, mas também pelo desejo irrefletido do presidente José Sarney de marcar seu governo por algo diferente. Assim, não hesitou em sacrificar o ministro Francisco Dornelles, que seguia talhas já conhecidas, preferindo a ele a sua política a figura messiânica do sr. Dilson Funaro e uma nova política que era um misto de heterodoxia com voluntarismo. É mister reconhecer — e o fizemos a seu tempo — que a gestão Funaro não foi apenas o desastre do Plano Cruzado; tentou-se, e com

êxito, deter o poder de emissão do Banco do Brasil, retirando dele a famosa "conta movimento", ao mesmo tempo em que se lançavam os pilares que permitiriam unificar os orçamentos fiscal e monetário, meta ambicionada há tempos pelos diferentes ministros da Fazenda, mas jamais alcançada. Essas decisões, somadas posteriormente ao golpe aplicado à faculdade de emissão dos bancos estatais dos Estados, teriam contribuído de maneira sensível para colocar em ordem as finanças da União, não fosse o fato de o presidente em tudo e por tudo pautar sua ação ou pela timidez de quem está em busca da legitimidade, ou pela pretensa astúcia matuta de quem quer mais do que a relação de forças objetiva lhe pode dar.

Dando interpretação canhestra ao famoso dito *Politique d'abord*, o presidente da República fez da política menor o seu mote. O resultado foi que jamais se preocupou em administrar nem em buscar para ocupar os ministérios pessoas reconhecidamente capazes de cuidar dos problemas que clamam por solução há tantos anos. Nada se fez, tudo se propôs. Foram três anos perdidos, de difícil recuperação.

O antigo presidente do PDS não teve sensibilidade para perceber que o fim do regime autoritário trouxe consigo certa dose de desconfiança no futuro, e que foi essa desconfiança, acrescida da falta de orientação na área econômica, que respondeu pela retração dos capitais estrangeiros. Houve momentos em que o presidente Sarney teve a amarga consciência de que a política menor não conduziria a coisa alguma. A substituição do sr. Dilson Funaro pelo professor Bresser Pereira e depois a nomeação do sr. Maílson da Nóbrega foram os marcos desses lampejos de consciência da gravidade da situação econômica. O mal que poderia ter sido produzido, no entanto, já fora feito — e hoje o sr. Maílson da Nóbrega cuida de pôr ordem em uma situação deteriorada pela ciclotimia com que o presidente primeiro se entusiasmava com os índices de popularidade e depois se deprimia pela leitura desses mesmos índices.

Não tendo conseguido formular ao

longo desses três anos um plano econômico; não tendo conseguido encontrar quem fosse capaz, não diríamos de equacionar, mas de iniciar a solução do problema educacional e da questão da saúde; não conseguindo transmitir à sociedade a noção de um governo austero e dotado das características intrínsecas à palavra *auctoritas*, o presidente da República não tem por que comemorar três anos no poder. Nada fez, exceto — forçoso é reconhecer — ter permitido que as forças políticas ocupassem desordenadamente o seu espaço próprio e outros, criando falsa ilusão de vivência democrática, quando na realidade se vive a inexistência de autoridade.

Cumprem-se os três anos com um ministério sob investigação do Senado e da Polícia Federal, enquanto os nomes de outros ministérios começam a ser pronunciados. Que se pode dizer do presidente, senão que falhou?

Outra tivesse sido sua postura e outra a visão que transmitisse ao povo, valendo-se dos imensos apoios que espontaneamente se lhe ofereceram, de todas as partes, três anos atrás, e com certeza não se teria chegado a essa situação institucional sumamente delicada. Se o presidente desfrutasse de autoridade e não buscasse legitimidade onde ela não pode ser dada (nas várias facções da esquerda brasileira), o chefe de governo teria tido condições de influenciar de maneira correta a Assembléia Nacional Constituinte. Teria sido possível evitar muito do que se aprovou de fantasioso; teria sido possível impedir que sobre o futuro texto pairasse a aura da ilegitimidade por desconexão com a realidade.

Infelizmente, a fraqueza, a solidão e a ambição impediram que nesses três anos o Brasil vencesse as dificuldades que a política interna, o nacionalismo vesgo e a conjuntura internacional criaram. A esperança que existe é que a Assembléia Nacional Constituinte possa fixar em quatro anos o mandato do presidente Sarney, para que a espera do fim seja rápida e sem dor, e para que eleições gerais permitam consagrar o momento em que o povo se encontrará, finalmente, consigo e com seu destino.